Evento do Dia Internacional da Mulher – Sempre Vivas 2022

1ª Reunião Preparatória – 8/10/2021 – 10 horas

Órgãos e entidades presentes

- Ampare
- Associação dos Escrivães da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
- Associação dos Farmacêuticos do Vale do Aço
- Associação Mineira de Municípios – AMM
- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB
- Coletivo Clã das Lobas
- Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Fetaemg
- Comunidade Mariano de Abreu
- Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis
- Conselho da Mulher Empreendedora da Aciapi – CDL de Ipatinga
- Conselho Estadual da Mulher – CEM
- Conselho Estadual de Saúde
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Timóteo
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Contagem
- Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais 4ª. Região – CRP
- Consórcio Regional de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais
- Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG
- Diretoria de Política para as Mulheres da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
- Diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher
- Diretoria Regional de Montes Claros da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese
- Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg
- Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino – FITEE
- Instituto Amadas
- Movimento Se Ame Cidadão
- Movimento das Mulheres Policiais do Brasil
- Nova Central Sindical de Trabalhadores
- Organização Vida Viva
- Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
- Polícia Militar de Minas Gerais
- Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Crimes Contra a Mulher – CRIM-UFMG
- Programa de Mediação de Conflitos – Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade
- Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Minas Gerais
- Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Alto Jequitinhonha
- Rede Juiz de Fora

1ª Reunião Preparatória – 8/10/2021 – 10 horas

Órgãos e entidades presentes	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social – Coordenadoria Estadual de Política para as Mulheres• Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte• Secretaria Municipal de Mulheres do PT-BH• Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção de Belo Horizonte• Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinpro-MG• Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais• Sindicato dos Trabalhadores em Educação Municipal de Divinópolis• Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais• União Brasileira de Mulheres
Parlamentares e assessorias	<ul style="list-style-type: none">• Deputada Ana Paula Siqueira• Assessoria da Deputada Ana Paula Siqueira• Assessoria da Deputada Andreia de Jesus• Assessoria da Deputada Beatriz Cerqueira• Assessoria da Deputada Leninha
Assessoria ALMG	<ul style="list-style-type: none">• Gerência-Geral de Participação e Interlocação Social – GPI• Gerência de Relações Públicas – GRP• Gerência-Geral de Consultoria Temática/Direitos Humanos – GCT-GDH• Escola do Legislativo – ELE
Transcurso da reunião / pontos importantes	<ul style="list-style-type: none">• Aberta a reunião sob a coordenação da Deputada Ana Paula Siqueira.• A deputada manifestou sua satisfação em se reunir mais uma vez com todas para essa primeira reunião de organização do evento de 2022, lembrando que temos grandes desafios pela frente no que diz respeito às políticas para mulheres. Relatou que o Sempre Vivas é um evento importante que se consolidou nos últimos anos, numa parceria da Assembleia de Minas, por meio da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Escola do Legislativo – ELE – e de diversos setores da Casa, com órgãos e instituições dos demais poderes e com entidades da sociedade civil, sendo um trabalho coletivo, realizado a muitas mãos, e que tem produzido resultados muito importantes no Estado.• Devido ao alto número de presentes na reunião, solicitou-se que as apresentações fossem realizadas por meio do <i>chat</i> da plataforma Zoom, com nome e entidade representada.• A equipe técnica solicitou que, além da apresentação via <i>chat</i>, fosse preenchido por todas as pessoas participantes o formulário de registro de presença, e informou as finalidades de uso dos dados pessoais ali solicitados, em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.• A deputada Ana Paula relatou que a Assembleia Legislativa tem demarcado anualmente as celebrações do Dia Internacional da Mulher com eventos construídos coletivamente, sempre com o objetivo de dar maior visibilidade à luta das mulheres por direitos. A partir de 2019, tem sido utilizada a marca Sempre Vivas, tendo como subtítulo temáticas escolhidas coletivamente: em 2019 “Mulheres em Luta contra a Violência”; em 2020 “Mulheres, História e Resistência”; e em 2021 “Luta das Mulheres em Tempos de Pandemia”. Em 2019 e 2020, a Assembleia foi até o centro da Capital, com a realização de atividades e audiências públicas numa tenda na Praça Sete, para que a população e mais mulheres pudessem perceber essas ações e trazer suas demandas para dentro

1ª Reunião Preparatória – 8/10/2021 – 10 horas

Transcurso da reunião / pontos importantes

da ALMG, no sentido de trabalhar as políticas públicas de acordo com as reais necessidades das mulheres. Esta reunião inicia a discussão para a definição do tema e o planejamento das atividades para o próximo ano, em que temos a perspectiva de haver condições para o retorno às ruas em março, provavelmente ainda com medidas de segurança e uso de máscaras. A ideia é definir a temática a partir da escuta das parceiras sobre suas percepções e inquietações e sobre os assuntos relevantes na realidade de cada uma, na perspectiva da elaboração, da melhoria e da fiscalização das políticas públicas para as mulheres. Foi apresentada em tela a cartilha elaborada coletivamente pelas parceiras do ano passado, que foi distribuída em todo o Estado. As parceiras foram consultadas se a marca “Sempre Vivas” com um buquê dessas flores, presente na capa da cartilha, poderia ser mantida para o evento de 2022; não houve manifestações em contrário, e a marca foi aprovada.

- Foi aberta a palavra para a apresentação de temas que as parceiras julgam importantes para abordagem no evento.
- Foi manifesta muita preocupação com a forma de acolhimento em várias delegacias no interior, que não têm mantido o padrão da Deam da Capital; com a morosidade dos inquéritos policiais decorrentes das denúncias e das medidas protetivas, o que vem gerando uma sensação de impunidade para os agressores; com a questão do estudo psicossocial que deve ser desenvolvido durante esse procedimento jurisdicional; e com a alienação parental que vem sendo utilizada por agressores como forma de coibir mulheres de os denunciar. Foi colocada ainda a necessidade de uma maior fiscalização nos órgãos de acolhimento, sejam as delegacias ou os tribunais, pois tem-se observado muito patriarcalismo em decisões e uma imposição indiscriminada da chamada justiça restaurativa, que deveria ser usada apenas com cautela e com estudos caso a caso. Nota-se ainda alguma má vontade em servidores de algumas secretarias e órgãos em relação ao acolhimento das vítimas, e também que nem todas são atendidas pela Defensoria Pública, sendo necessário viabilizar um auxílio a essas mulheres.
- Colocou-se que é importante abordar a questão do Conselho Estadual da Mulher, que está parado por iniciativa de suas representações da sociedade civil devido à exoneração de três conselheiras que saíram para se candidatar nas últimas eleições e não puderam ser reconduzidas; inicialmente foi usado o termo exoneração, e depois afastamento, sendo que o solicitado foi uma licença; a exigência do governo é que sejam outras pessoas pra substituí-las nas cadeiras, coisa com o quê não se pode concordar. Como punir assim essas conselheiras, se uma das pautas é justamente mais mulheres na política? A questão está a ponto de ser levada ao Ministério Público, e há um receio de que isso fique na conta da sociedade civil, que apenas travou a realização de reuniões por falta de paridade. É importante que essa questão seja resolvida antes de março de 2022, o funcionamento do conselho é essencial para o acompanhamento das políticas para mulheres no Estado.
- A deputada Ana Paula colocou que questão do conselho preocupa a comissão, e solicitou convite para participar da plenária do próximo dia 29 de outubro.
- Foi sugerida uma abordagem do impactos da pandemia no trabalho, com adoecimento, precarização e desemprego, problemas muito observados na área da educação, assim como em outras áreas.
- Foi sugerido para destaque, entre as muitas preocupações, o impacto da pandemia com ênfase no agravamento da violência psicológica (recentemente tipificada e incluída no código penal pela Lei 14.188/21), com foco no público que podemos atingir, lembrando-se que as violências atingem mais as mulheres negras, que são justamente as que tem mais dificuldade de acesso a serviços e à Defensoria Pública. Nesse sentido, é importante tratar da sororidade e também da dororidade. Foram ainda mencionados os temas alternativas de geração de renda para todo o Estado e mais mulheres na política.
- Colocou-se que um problema muito grave, com alta prevalência e impunidade, é a violência sexual, em que mais de 50% das vítimas são crianças e adolescentes, com efeitos para o resto da vida de vítimas e familiares. Para o combate a essa violência e

1ª Reunião Preparatória – 8/10/2021 – 10 horas

Transcurso da reunião / pontos importantes

para a punição dos violadores são necessárias articulações entre várias políticas públicas (saúde, segurança, assistência, etc.), e o correto funcionamento de cadeias de custódia (para coleta do sêmen), que são apenas 83 no Estado, estão concentradas na RMBH e nem todas funcionam. Outro tema apresentado é a questão das privatizações e reformas administrativas, que atingem drasticamente as mulheres; contra isso é necessária mobilização coletiva constante.

- Apresentou-se uma concordância com todos os temas apresentados, e sugeriu-se reforçar algumas coisas na semana do 8 de Março, e trabalhar outros temas ao longo do ano, pois muitos merecem uma atenção mais aprofundada. Foi sugerido um tema mais geral, que possa abarcar vários assuntos, como “Justiça e Direitos”.
- A deputada Ana Paula agradeceu a sugestão, comentando o desafio que é garantir direitos num tempo de tantas injustiças.
- Colocou-se que a precariedade de atendimento nas Deams não é só no interior, em BH uma mulher que busca a delegacia fica esperando todo um dia, são necessárias providências efetivas e rápidas para uma melhoria. Todo o percurso de uma mulher que denuncia é muito doloroso e com muitos momentos de revitimização. A Defensoria Pública é de difícil acesso, a Justiça não só é morosa mas omissa, temos várias leis que não são efetivamente colocadas em prática, são necessárias várias ações urgentes de melhoria no atendimento às vítimas, que depois da violência doméstica e patrimonial ainda sofrem violência institucional. A polícia tem um problema de contingente insuficiente, e necessita muito de capacitação e treinamento para atendimento humanizado.
- Foi sugerida ênfase no tema da violência, as mulheres têm sofrido muita violência institucional, com decisões machistas até de juízas mulheres, está muito difícil conseguir medidas protetivas, temos boas leis que não estão sendo cumpridas, há muita impunidade e os agressores têm se sentido fortalecidos. Foi sugerida a criação de uma comissão especial que atue junto ao TJMG para conscientizar juízes e juízas, por meio de levantamentos, orientações, cartilhas ou mesmo de uma norma técnica.
- A deputada Ana Paula colocou que irá solicitar uma reunião inicial com a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMG para atuar frente a esses problemas trazidos.
- Foi ressaltada a relevância de todas as falas, e junto a tudo isso, na pandemia, as mulheres em específico ficaram com a saúde mental e emocional muito abalada, com muita ansiedade, depressão e transtornos. Foi sugerido trabalhar o empoderamento das mulheres, sua autoestima e amor-próprio, elas não devem aceitar relacionamentos e vidas medíocres, lembrando-se que muitas mulheres não denunciam seu agressor por medo de não conseguirem recomeçar.
- Foram apresentados como temas relevantes direitos reprodutivos, abortamento legal, e ampliação dos serviços, das redes de proteção e dos equipamentos de atendimento no interior, mencionando-se que muitas Deams não têm sala de escuta especial, o que é uma exigência legal desde 2018.
- A deputada Ana Paula colocou que é importantíssimo o ponto sobre as necessidades do interior, sendo crucial que Minas Gerais olhe para seu interior e faça a política chegar a quem precisa, e relatou que em visita à Deam de Contagem, para a qual busca conseguir assistentes sociais e psicólogos, recebeu a informação de que cerca de 25% dos atendimentos não são para denúncia – e, portanto, não entram nas estatísticas – mas para orientações sobre os serviços de atendimento, o que mostra como as delegacias são uma referência, apesar de toda a falta de estrutura e pessoal.
- Apresentou-se solidariedade em relação à questão do conselho estadual e relatou-se que a Fetaemg está fazendo uma grande campanha de fortalecimento dos conselhos municipais. Enquanto representação das mulheres trabalhadoras rurais, percebe-se o desafio que é o 8 de Março de 2022, com todos os problemas que vivemos em todo o país, a pandemia agravou tudo, com a perda de renda, o isolamento e a obrigação de conviver com o agressor, o feminicídio é um ponto chave, mas quando se chega a isso a mulher já passou por todos os tipos de violência. É importante criar um tema que junte tudo aquilo que falamos e reivindicamos.

1ª Reunião Preparatória – 8/10/2021 – 10 horas

Transcurso da reunião / pontos importantes

- A deputada lembrou que além de toda essas questões, de perda de renda, de violência e de feminicídios, há peculiaridades da vida no campo que merecem atenção específica, como o modo de vida e de produção, a escassez de água e a necessidade de políticas de saneamento.
- Relatou-se que tudo que foi dito se reflete na realidade de Venda Nova, é importante um trabalho para informar e conscientizar nossas mulheres, muitas jovens não têm noção de que estão em relacionamentos abusivos, há muita violência, até mesmo agressões a pauladas nas ruas, e nem a mulher nem quem testemunha podem denunciar por risco de morrer. A região precisa de um centro de atendimento, uma clínica, com trabalho de acolhimento, de atendimento de saúde e de orientação sexual; já existe a demanda e a discussão, mas infelizmente muitos são contra, inclusive mulheres. Foi solicitado o apoio da Assembleia, precisamos de socorro para salvar nossas meninas.
- A parlamentar colocou que sabe da gravidade do problema, que envolve outras questões, como presença do tráfico, falta de alimento e pobreza extrema, e afirmou que fará contato para auxiliar nessa questão local.
- Apontou-se como políticas públicas efetivadas são importantes, para que não se enxugue gelo em ações fragmentadas, e lamentou-se o fato de que não estão sendo realizadas nem previstas as conferências de direitos das mulheres. Ressaltou-se a importância da criação de fluxos e protocolos de atendimento. Comentou-se como a polarização política está desqualificando nossas reivindicações como se fossem contra a família, a busca por igualdade de gênero é deturpada pela demonização da “ideologia de gênero”, há toda uma oposição a nossas lutas por questões partidárias, o que tende a se agravar no ano eleitoral. Afirmou-se a importância de trazer os homens de bem para serem aliados das nossas pautas, de realizar ações com foco nas adolescentes e jovens, e de manter um olhar positivo, a exemplo da excelente iniciativa do concurso de fotografias da última edição. Nesse sentido, foi sugerido trazer relatos de mulheres que ocupam espaços profissionais diversos.
- Apontou-se que o movimento feminista é muito diverso, e tem que ser mesmo, a sexualidade humana é múltipla, no séc. XXI os comportamentos humanos não cabem em caixas; a Lei Maria da Penha é muito importante, mas é para mulheres casadas, não abrange aquelas que escolhem não casar. Relatou-se a violência de gênero sofrida por uma mulher bissexual solteira que teve dificuldades sérias com um apartamento comprado da MRV dentro do programa Minha Casa Minha Vida, com vários problemas na infraestrutura e na implantação do condomínio, e tem sido repetidamente desconsiderada em suas queixas e destrutada pela administração do condomínio, pela construtora e pela polícia.
- A parlamentar comentou que o relato dialoga com as pautas e com as questões de problemas de atendimento e acolhimento das instituições já abordadas, e colocou que a Lei Maria da Penha trata de violência doméstica sem diferenciação em relação ao estado civil.
- Falou-se da importância de implementar redes de apoio que sejam mais eficazes para as mulheres, a pandemia e o isolamento agravaram problemas, já foram mencionadas as questões da saúde mental e do acesso ao trabalho, houve grande aumento da vulnerabilidade social, fatos verificados no atendimento às mulheres em medidas protetivas pelo Benvinda da PBH. Outra questão é a dificuldade de acesso ao atendimento de vítimas de violência doméstica que estão em situação de rua, muitas vezes as situações não são entendidas como violência doméstica por acontecerem na rua; esse é um público vulnerável, para o qual há o desafio de qualificar cada vez mais o atendimento e de tornar os atores institucionais mais presentes. Relatou-se ainda que o Comitê Municipal de Equidade de Gênero, que envolve 15 secretarias, quase foi extinto devido a ataques da bancada evangélica da Câmara por causa do termo “gênero”. O comitê, que é um marco histórico, inclusive com reconhecimento internacional na América Latina, teve seu nome mudado para Comitê de Equidade entre Homens e Mulheres, o que não contempla a diversidade

1ª Reunião Preparatória – 8/10/2021 – 10 horas

Transcurso da reunião / pontos importantes

das pessoas trans, e atualmente tem o nome de Comitê Municipal de Equidade Cidade 50-50. Foi sugerido trabalhar de alguma forma a palavra gênero, fazendo uma discussão sobre como levar informação e conscientização sobre o que significa ter um comitê desse tipo no município.

- Foi reforçada a importância da discussão sobre a melhoria do atendimento às mulheres vítimas de violência, a Deam de Montes Claro, por exemplo, só atende durante o horário comercial em dia úteis, o que dificulta demais o acesso das mulheres trabalhadoras do campo; além disso, nota-se muita falta de empatia, é necessária a capacitação das pessoas que atendem no sistema de justiça. Outro ponto sugerido é a questão da pobreza menstrual, em Minas Gerais já existe lei de autoria da deputada Leninha para a distribuição de absorventes, desde a época do projeto de lei, em 2019, o gabinete recebeu muitas mensagens de agradecimento de mulheres que relataram ter por vezes deixado de ir a aulas ou ao trabalho por falta de absorventes, ou terem que escolher entre comprar alimentos ou absorventes, há também mulheres infelizmente se colocando contra, essa questão precisa de discussão qualificada e conscientização.
- Colocou-se que é urgente qualificar uma rede de apoio e políticas de amparo para as mulheres negras e de comunidades tradicionais da zona rural; há a dificuldade de ir à cidade para buscar atendimento, e quando as mulheres vítimas juntam a necessária coragem, muitas vezes não são bem acolhidas e atendidas. Relatou-se, por experiência própria, que a mulher sai com sensação de culpa por fazer a denúncia, os policiais que atendem incutem essa culpa. A medida protetiva é importante mas não resolve, muitas vezes a mulher tem que voltar para a residência com o agressor por falta de opção para onde ir, quando o agressor é obrigado a sair geralmente volta porque na zona rural a polícia não vai, a não ser quando se dá o homicídio ou o feminicídio. É necessário proteger e amparar essas mulheres, parece que o Estado prefere evitar o gasto de dar o amparo e garantir a medida protetiva em detrimento da vida dessas vítimas. Afirmou-se que também a questão da insegurança alimentar precisa ser abordada.
- Colocou-se a importância desse trabalho do Sempre Vivas para a valorização da mulher, o empoderamento feminino e a conscientização da sociedade. Relatou-se que a Polícia Civil está atenta, realmente há muitos problemas e dificuldades a serem superados no âmbito da instituição, assim como do Estado como um todo, é importante a integração entre órgãos, da área de segurança, do sistema de justiça e do legislativo para melhoria dos serviços prestados. Apesar do déficit de efetivo, que exigiria uma política de recomposição constante, a PC tem buscado a expansão de Deams no interior, e a realização de termos de parceria com prefeituras e entidades para que haja psicólogas e assistentes sociais nas delegacias para a humanização dos atendimentos. Há um trabalho para alterar essa cultura de maus atendimentos, com iniciativas de treinamento de pessoal e com o Protocolo Humanizado de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual, que tem sido aos poucos expandido para algumas unidades no Estado, sendo importante conscientizar as vítimas de violência sexual a solicitar seu cumprimento nos hospitais para um correto registro da ocorrência, evitando a impunidade e revitimização.
- Foram sugeridos dois temas considerados de suma importância: a questão da violência política, que não pode fugir da discussão, sobretudo num ano eleitoral; todas as formas de violência contra a mulher estão ligadas ao desequilíbrio de poder, e a forma de superar isso é a ocupação de espaços de poder em mandatos, para o que precisamos preparar nossas mulheres para a disputa interna nos partidos e para a disputa externa nas ruas. Outro ponto é a carência de serviços de acolhimento e abrigamento para as mulheres em situação emergencial ou que correm risco de morte, é urgente discutir e implementar uma política institucional de abrigamento no Estado.
- A deputada Ana Paula apresentou brevemente alguns apontamentos de temáticas colhidas nos trabalhos da comissão, em audiências públicas e com grupos de mulheres: assédio nos espaços de trabalho; representatividade feminina na política; desafios

1ª Reunião Preparatória – 8/10/2021 – 10 horas

Transcurso da reunião / pontos importantes

do pós-pandemia – como inovar, empreender e gerar renda, sendo que a pandemia revelou problemas mas também fez aflorar criatividade; histórias de mulheres comuns – a partir da ideia do olhar positivo e da visibilidade de bons exemplos; o desafio de como mudar a cultura machista que gera a violência, para o que os homens também precisam ser acionados; saúde física, mental e emocional, na perspectiva da saúde integral; comunicação não violenta; inclusão das mulheres rurais; *fake news*, empoderamento e cidadania; impactos dos atendimentos de saúde em função da pandemia, com atraso de exames e adiamento de cirurgias eletivas; políticas para mulheres idosas; mulheres da área de cultura – setor muito impactado pela pandemia; mulheres com sequelas de covid-19, são problemas motores, psíquicos e emocionais que geram enorme sofrimento e dispêndio financeiro para essas mulheres; e por fim, como pensar a independência da mulher no ano em que o Brasil completa 200 anos de independência. A parlamentar colocou como tarefa para a Escola do Legislativo – ELE – o desafio de buscar estratégias para aproveitar a estrutura, a *expertise* e a capacidade da escola para dar vazão aos temas levantados, tanto em março de 2022, quanto ao longo do resto do ano. Solicitou ainda que as parceiras reforcem com as entidades ausentes o convite para a próxima reunião, no sentido de ampliarmos e tornarmos ainda mais representativa a comissão organizadora do evento.

- A representante da ELE colocou que várias ideias já foram suscitadas pelas sementes lançadas pelo grupo na reunião, e que serão elaboradas propostas para decisão coletiva.
- Agendada a próxima reunião, que ainda servirá para depurar o tema para 2022, para o dia 26 de outubro, terça-feira, às 9 horas.
- Encerrada a reunião.

Próxima reunião

- Dia **26 de outubro** de 2021, terça-feira, às **9 horas**.